

RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.952 - PR (2019/0038891-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRENTE : **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**
RECORRENTE : **JOÃO CARAM SOBRINHO**
ADVOGADOS : **ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO - PR016601**
DANIEL WUNDER HACHEM - PR050558
RECORRENTE : **EGON KOLLING**
RECORRENTE : **BENO HATZEMBERGER - ESPÓLIO**
RECORRENTE : **AMELIA LOHMANN HATZEMBERGER - INVENTARIANTE**
RECORRENTE : **VALESCA BRAGANHOLO**
ADVOGADOS : **MARGARETE INES BIAZUS LEAL - PR009883**
DIONIZIO LUBAVE DUDEK - PR012812
IVANA MARIA FONTELES CRUZ - PA004898
RECORRIDO : **OS MESMOS**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, § 1º, E 1.022, I E II, DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO. NÃO CABIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESAPROPRIAÇÃO. NULIDADE DE TÍTULOS DOMINIAIS. INDENIZAÇÃO. DESCABIMENTO. DEVOUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 3546):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESAPROPRIAÇÃO ATÍPICA. OESTE DO PARANÁ. NULIDADE DE TÍTULOS DOMINIAIS. INDENIZAÇÃO. DESCABIMENTO.

1. É nulo o título de propriedade outorgado por Estado, a non domino, relativamente a imóvel situado em faixa de fronteira, pois se trata de área de domínio da União Federal. Em consequência, é indevido o pagamento de indenização fixada em ação expropriatória atípica, que objetivava a regularização fundiária da região.

2. Ação civil pública julgada procedente para declarar a nulidade dos registros dominiais e determinar a restituição de indenizações pagas, obstando novos

pagamentos.

Embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos.

A recorrente alega violação dos artigos 489, § 1º, e 1.022, I e II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito dos arts. 20 do CPC/1973, 27, § 1º, e 34, parágrafo único, do DL n. 3.365/1941 e 19 da LC n. 76/1993.

Quanto à questão de fundo, sustenta ofensa aos artigos 20 do CPC/1973, 27, § 1º, e 34, parágrafo único, do DL n. 3.365/1941 e 19 da LC n. 76/1993, sob o seguinte argumento: "A decisão da ação de desapropriação remeteu o Poder Público às vias ordinárias, a fim de que comprovasse o seu domínio. Comprovado o domínio público federal na ação autônoma, passa a não ser devida qualquer indenização na ação de desapropriação, não existe sucumbência naquela ação, inexistem honorários advocatícios sucumbenciais, seja porque: a) o acessório segue o principal; b) inexistência de sucumbência; ou c) matematicamente o resultado da condenação resultará em zero" (fls. 4284-4285).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 4982-4983.

Parecer do MPF às fls. 5001-5011 pelo improvimento do recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

Afasta-se a alegada ofensa aos artigos 489, § 1º, e 1.022, I e II, do CPC/2015, pois a Corte de origem prestou a tutela jurisdicional por meio de fundamentação jurídica que condiz com a resolução do conflito de interesses apresentado pelas partes, havendo pertinência entre os fundamentos e a conclusão do que decidido. A aplicação do direito ao caso, ainda que através de solução jurídica diversa da pretendida por um dos litigantes, não induz negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Evidencia-se que os arts. 27, § 1º, e 34, parágrafo único, do DL n. 3.365/1941 e 19 da LC n. 76/1993 (e a tese a eles vinculada) não foram apreciados pela Corte de origem, inclusive após terem sido opostos os embargos de declaração, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se à hipótese a Súmula 211/STJ.

Os embargos de declaração foram opostos ao acórdão do Tribunal de origem enquanto ainda vigente o CPC/1973, que não previa o chamado "prequestionamento ficto", tampouco admitido pela Jurisprudência desta Casa:

Confirmam-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECLAMO ANTE A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ E EM DECORRÊNCIA DA AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ACÓRDÃOS PARADIGMAS E O ARESTO RECORRIDO. IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR.

1. A jurisprudência desta Corte Superior admite amplamente a ocorrência do

chamado "prequestionamento implícito". Trata-se daquelas situações em que o órgão julgador, não obstante não faça indicação numérica dos referidos artigos legais, aprecia a decisão com amparo no seu conteúdo normativo. Precedentes.

2. Coisa diversa é o chamado "prequestionamento ficto", não admitido por este Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual se considera prequestionada a matéria que, apesar de não analisada pelo acórdão, foi objeto das razões dos embargos de declaração interpostos, ainda que eles sejam rejeitados sem qualquer exame da tese, bastando constar da petição dos referidos aclaratórios. Precedentes.

3. Não tendo havido o prequestionamento do tema posto em debate nas razões do recurso especial e não tendo sido apontada ofensa ao art. 535 do CPC, incidente o enunciado 211 da Súmula do STJ. Precedentes.

4. A inexistência de similitude fática entre os acórdãos confrontados conduz à inadmissibilidade do recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "c", da CF. Precedentes.

5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1170330/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 17/12/2015, DJe 3/2/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL QUE NÃO DEMONSTRAM A VIOLAÇÃO À LEI. ENUNCIADO 284 DA SÚMULA DO STF. 2. PREQUESTIONAMENTO FICTO. REJEIÇÃO PELA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. 3. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

2. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é inadmissível o prequestionamento ficto, é dizer, não se considera prequestionado o tema pela mera oposição de embargos de declaração. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 582.127/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 12/2/2015, DJe 25/2/2015.)

A norma do art. 1.025 do CPC/2015, por sua vez, não se aplica aos recursos interpostos antes da vigência da novel lei processual.

Com relação à determinação de não devolução da verba honorária, a Corte de origem, assim se manifestou acerca da controvérsia (fl. 3544):

"Para levantamento dos valores indenizatórios nos processos de desapropriação se faz necessário o preenchimento de determinados requisitos, dentre eles, a comprovação do domínio sobre a área no momento do aforamento da desapropriação (art. 6º, da Lei nº 76/93). Tal requisito acabou por não restar preenchido pelos réus, o que impede o levantamento de quaisquer valores, indenizatórios decorrentes da expropriação e remete à conclusão pela devolução dos montantes já levantados.

No entanto, no que diz respeito à verba honorária, a situação é outra. Essa é fixada em virtude do trabalho desenvolvido pelo advogado na defesa dos interesses de seu mandante, configurando-se em um direito autônomo. Desse modo, não me parece adequado que após todo o trabalho

desenvolvido no feito ' expropriatório, culminando na execução deflagrada, com o posterior pagamento, seja determinada a devolução do montante já levantado; tendo em vista que efetivamente a prestação de serviços ocorreu. Penso que tal providência configuraria infringência à ordem legal, tendo em vista não estar verificada a prática de qualquer ato ilícito por parte dos patronos, que, inclusive, diga-se, acabaram por via reflexa, a preservar os direitos indenizatórios hoje reconhecidos como de titularidade da União".

Com efeito, o STJ já asseverou que os honorários advocatícios não podem ser devolvidos, pois tal verba guarda natureza alimentar e remuneratória do trabalho prestado pelo causídico no processo expropriado.

Confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMÓVEL SITUADO EM ÁREA DE FRONTEIRA. BEM DA UNIÃO. TRANSFERÊNCIA A NON DOMINO PELO ESTADO DO PARANÁ A PARTICULARES. DESAPROPRIAÇÃO DIRETA POR INTERESSE SOCIAL. TRÂNSITO EM JULGADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS REGISTROS IMOBILIÁRIOS. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO. ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA, OBSERVADAS AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. AUSÊNCIA. OFENSA À COISA JULGADA. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. RATIFICAÇÃO DO TÍTULO DE PROPRIEDADE. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. REEXAME. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. BENFEITORIAS. INDENIZAÇÃO. BOA-FÉ DOS EXPROPRIADOS. DEVOLUÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

17. Considerando que os honorários advocatícios constituem direito autônomo do advogado, não é justo, em face do princípio da causalidade, que a referida verba alimentar seja devolvida, após todo o trabalho prestado pelos causídicos no processo expropriado, os quais acompanharam a causa de 1987 a 2002, em defesa dos interesses de seu mandante.

18. Não se desconhece a jurisprudência pacífica desta Corte de Justiça no sentido de que a verba honorária sucumbencial fixada em ação de desapropriação deverá permanecer suspensa enquanto se discutir na ação civil pública o domínio do imóvel.

19. Tal orientação não se aplica ao caso, que trata de ressarcimento da verba honorária à União, há muito tempo levantada pelos causídicos na ação de desapropriação direta (transitada em julgado em 1992), visto que não têm nada a ver com eventuais irregularidades existentes anteriormente ao ajuizamento desse feito, ligadas ao vício original do título de aquisição do imóvel.

20. Recursos do Incra e da União conhecidos parcialmente e, nessa extensão, desprovidos. Recurso dos particulares/expropriados conhecido e provido, em parte, para reconhecer a inexistência de obrigação de devolução dos honorários advocatícios. ((REsp 1352230/PR, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 30/11/2017.))

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. HONORÁRIOS. DISCUSSÃO SOBRE DOMÍNIO. VERBA HONORÁRIA.

1. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo" (Súmula 211/STJ).

2. Em face do que dispõe o art. 23 da lei 8.906/94, não há de se obstar recebimento de honorários advocatícios de sucumbência em ação de desapropriação, ante posterior discussão dominial instalada em ação civil pública. Precedentes da 1ª Seção.

3. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula 83/STJ).

4. Recurso especial não conhecido. (REsp 667990/PR, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe de 16/6/2006.)

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator